

'As big techs precisam de um modelo de responsabilidade'

» Entrevista | GILMAR MENDES | MINISTRO DECANO DO STF

Magistrado ressalta ser preciso mudar a relação com as redes sociais e caminhar para um modelo de maior responsabilidade das plataformas. Segundo ele, a discussão do assunto não diz respeito apenas aos ataques na internet, mas à democracia

“Não podemos agora ser servos das big techs”

» CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
» ANA MARIA CAMPOS
» NADIA ALBUQUERQUE
» NATÁLIA PEREIRO

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu a responsabilização das redes sociais pelos conteúdos que circulam e a importância de medidas contra discriminação de ideias nas plataformas. “Não basta a Marco Civil da Internet, o artigo 19, que exige que o conteúdo — tem sido assim interpretado — só possa ser retirado mediante ordem judicial. É preciso que haja uma ordem arbitrária nesse sentido e que a gente possa argumentar”, afirmou, em entrevista ao programa CBN, transmitida em rede aberta e TV Brasil. O magistrado destacou o cuidado de ser cauteloso na preservação da liberdade de expressão, mas frisou que “também não há que se falar em liberdade de expressão sem responsabilidade”. Para o ministro, o Brasil não pode ser servos das big techs, mas precisa de regras claras, um tempo razoável para a análise de conteúdo, sem interferência nos direitos de expressão.



Alexandre de Moraes?

Acho que é positiva. Essa é a filosofia da prisão provisória. Não é uma pena por antecipação, primeiro é preciso julgar para depois condenar. Agora, era necessário ter em vista todos os dados e elementos que não tivemos e enquanto as investigações evoluíam em curso, para o fim de coleta de provas. Não houve mais a necessidade, se encerra a prisão provisória, e hoje temos as medidas alternativas da prisão, inibitória, eletrônica, restritivas de direitos e determinados locais, suspensão de passeaporte, todas as medidas que podem ser implementadas com os cuidados devidos.

O advogado de Anderson Torres deu uma coletiva dizendo que não há intenção de fazer uma delação premiada. Ela esperada uma delação premiada?

Não sei, acho também que o objetivo da prisão provisória nunca pode ser esse. Sou um crítico em relação a isso delação premiada. Faltou e talvez falte, recomendo inclusive que o livro do Emílio Odebrecht, em que ele fala de temas da Lava-Jato em Curitiba. Essa sugestão vai ao ministro Salomão (Luís Felipe Salomão, ex-advogado nacional de Justiça), a partir de um caso que tivemos na turma, em que o então juiz Moro exigiu que a pessoa entregasse todos os dados bancários e etc em relação à liberdade e pediu que o advogado manifestasse o assentimento. Estou pedindo tanto ao CPT (Conselho de Justiça Federal) quanto ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça) que se faça uma investigação ampla do que se passou em Curitiba, sobre o método, o que me parece que aqui falaram muito.

Onde houve falha? Onde houve falha? Mas também o Supremo demora a reagir em relação à Lava-Jato?

Acho que não estamos discutindo apenas o problema dos ataques nas redes sociais, estamos discutindo democracia, porque há uma perturbação da democracia.

“Estamos vindo de uma crise profunda nessa matéria (direitos processuais). Abusos perpetrados de maneira tão clara”

“Acho que é positiva (a satura de Torres). Essa é a filosofia da prisão provisória. Não é uma pena por antecipação, primeiro é preciso julgar para depois condenar”

Acho que certamente houve um acúmulo de uma pressão da própria mídia, tanto é que a mídia se sente envolvida do fato sobre isso, de fazer uma acusação, mas acho que é hora de ter — como chamamos aqui — um tipo de comissão da verdade sobre isso, à ser verdade o que se revela, tanta gente que delata a partir desse tipo de comprometimento, depois vão se revelando as coisas. Então, acho que é necessário que isso se revele, para que não mais se repita. Além do termo de origem, também, um outro ponto: precisamos encerrar esse ciclo desse juiz todo poderoso. Por isso, é importante, o Congresso já deu resposta, hoje está suspenso — foi uma decisão do ministro Luiz Fux —, mas eu espero que logo isso se resolva, “juiz de garantia”, porque é fundamental. E daí um passo à frente e resolver essa problemática.

Mas também o Supremo demora a reagir em relação à Lava-Jato?

estava fazendo uma autocrítica, dizendo “eu tenho que mudar a minha relação nesse processo”. Ele mesmo falando da pressão que sofreu da Procuradoria-Geral da República, onde estava Rodrigo Janot, e todo esse quadro que nós sabemos.

Depois, a função foi assumida pelo ministro Edson Fachin... O ministro Fachin também possuiu sistematicamente a indeferir esses pedidos e até, muitas vezes, a favor daquele ou daquele. A matéria está na turma, mas eu acredito que vou perder na turma, leva para o plenário, depois devoto para a turma, não é. Esse processo que foi objeto de discussão já tinha todo esse passo para lá e para cá. E agora é decisão aplicar a jurisprudência que era pacífica. Se o caso não tiver com Petrópolis, não deveria ficar na Lava-Jato na 1ª Vara em Curitiba. Mas se ele for isso, inclusive, tentando prejudicar a coisa pública, não vou me preocupar, o visto estará comigo, que é em caso de suspensão do Bloco.

Sobre o 6 de janeiro, o Supremo tem referendo e entendendo o ministro Alexandre de Moraes sobre o caso, e já está avaliando o que está fazendo?

Sempre que a gente está fazendo podemos estar muito atentos em relação à própria investigação, que podem estar muito mais avançadas. Como está sob sigilo, não temos acesso. Mas eu tenho a impressão de que está faltando alguma coisa sobre as financeiras, porque, de fato, descobrimos até 6 de janeiro, essas pessoas tiveram uma estrutura. Você publicaram matérias sobre a estrutura, desde a campanha aqui no Forte Apache (no QG do Exército). Tinha cultura, tinha foto de dogs e coisas do tipo. Isso não nasce por geração

espontânea. Então, essa é uma questão que acho que precisa ser olhada, não só para a punição, que precisa ocorrer, mas também para que isso não se repita. Acho fundamental que isso ocorra.

Como analisa a tolerância com os atos em frente aos quartéis?

Não tenho um canal, também, de destacar que houve um erro gravíssimo de quem deliberou, essa temática, a propósito dessas manifestações em frente a quartéis. Não há justificativa. Não há justificativa jurídica, não há justificativa política para isso. E governo do Distrito Federal — eu lembro que tinha conversado com o secretário Gustavo Rocha, e ele até concordava —, tentou fazer o (tomar providências) em dados momentos, e houve restrição dos militares do comando militar, inclusive. Não consigo, com o argumento de que esse era um espaço de domínio de jurisdição do Exército. Portanto, não consigo entender como isso aconteceu. Mas isso precisa ser cobrado. E toda a estrutura, mas houve esse tipo de assentimento. E o governo distal, o novo governo, também errado. Não dá e já estamos aqui, depois de encerrado esse curso. E aí houve aquela reação, aquela fala do ministro (João) Mello (da Defesa) de que também tinha amigos e parentes lá, talvez ele estivesse traduzindo, na verdade, o fato de que militares tinham parentes lá e se deitou, com a expectativa de que isso se descobrisse naturalmente. Ocorreu essa tragédia e deu no que deu. Mas isso é preciso colocar de maneira muito clara. É um absurdo que alguns equívocos de comando sejam cobrados em frente ao quartel, até por razões de segurança, mas que nós estivéssemos em um estado de tensão e de insegurança e de uma iniciativa, militares precisam sair dali e manifestar isso em frente.

Continua na página 4

» Entrevista | GILMAR MENDES | MINISTRO DECANO DO STF

“O Brasil pulou uma imensa fogueira”

» CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
» ANA MARIA CAMPOS
» NADIA ALBUQUERQUE
» NATÁLIA PEREIRO

A análise do Exército Federal sobre o episódio de 6 de janeiro, segundo o ministro Alexandre de Moraes, não é suficiente para garantir a segurança jurídica. “O Brasil pulou uma imensa fogueira”, afirmou o ministro, ao analisar o relatório do Exército sobre o episódio de 6 de janeiro. O magistrado destacou que o relatório não é suficiente para garantir a segurança jurídica, pois não aborda todos os aspectos envolvidos no episódio. “O Brasil pulou uma imensa fogueira”, afirmou o ministro, ao analisar o relatório do Exército sobre o episódio de 6 de janeiro. O magistrado destacou que o relatório não é suficiente para garantir a segurança jurídica, pois não aborda todos os aspectos envolvidos no episódio.



Alexandre de Moraes?

A liberdade de expressão precisa ser preservada, mas também na vida geral — você vive nos jornais — não se pode dizer tudo.

“Tenho repetido que, não fosse o inquérito das Fake News, inicialmente, talvez a gente tivesse tido um desmoronamento da democracia. Vimos que chegamos muito perto.”

“Parece que as investigações têm algum tipo de cunho. Quem treinou essas pessoas? Quem montou essa bomba no acampamento?”

“Ao qualificar todas as alternativas políticas e ser o único instrumento contra esse tipo de ataque político, não basta o profissional do que é (L...), profissional da política no pior sentido do termo”

podem delimitar melhor isso. Mas, por outro lado, também na vida geral — você vive nos jornais — não se pode dizer tudo.

“Tenho repetido que, não fosse o inquérito das Fake News, inicialmente, talvez a gente tivesse tido um desmoronamento da democracia. Vimos que chegamos muito perto.”

“Parece que as investigações têm algum tipo de cunho. Quem treinou essas pessoas? Quem montou essa bomba no acampamento?”

“Ao qualificar todas as alternativas políticas e ser o único instrumento contra esse tipo de ataque político, não basta o profissional do que é (L...), profissional da política no pior sentido do termo”

precisa de maior responsabilidade. O que eu quero dizer é que a gente precisa ter um modelo de maior responsabilidade das plataformas. Não basta a Marco Civil da Internet, o artigo 19, que exige que o conteúdo — tem sido assim interpretado — só possa ser retirado mediante ordem judicial. É preciso que haja uma ordem arbitrária nesse sentido e que a gente possa argumentar”, afirmou, em entrevista ao programa CBN, transmitida em rede aberta e TV Brasil. O magistrado destacou o cuidado de ser cauteloso na preservação da liberdade de expressão, mas frisou que “também não há que se falar em liberdade de expressão sem responsabilidade”. Para o ministro, o Brasil não pode ser servos das big techs, mas precisa de regras claras, um tempo razoável para a análise de conteúdo, sem interferência nos direitos de expressão.

Um outro ponto, o senhor disse que precisa haver um modelo de maior responsabilidade das plataformas. Não basta a Marco Civil da Internet, o artigo 19, que exige que o conteúdo — tem sido assim interpretado — só possa ser retirado mediante ordem judicial. É preciso que haja uma ordem arbitrária nesse sentido e que a gente possa argumentar”, afirmou, em entrevista ao programa CBN, transmitida em rede aberta e TV Brasil. O magistrado destacou o cuidado de ser cauteloso na preservação da liberdade de expressão, mas frisou que “também não há que se falar em liberdade de expressão sem responsabilidade”. Para o ministro, o Brasil não pode ser servos das big techs, mas precisa de regras claras, um tempo razoável para a análise de conteúdo, sem interferência nos direitos de expressão.

precisa de maior responsabilidade. O que eu quero dizer é que a gente precisa ter um modelo de maior responsabilidade das plataformas. Não basta a Marco Civil da Internet, o artigo 19, que exige que o conteúdo — tem sido assim interpretado — só possa ser retirado mediante ordem judicial. É preciso que haja uma ordem arbitrária nesse sentido e que a gente possa argumentar”, afirmou, em entrevista ao programa CBN, transmitida em rede aberta e TV Brasil. O magistrado destacou o cuidado de ser cauteloso na preservação da liberdade de expressão, mas frisou que “também não há que se falar em liberdade de expressão sem responsabilidade”. Para o ministro, o Brasil não pode ser servos das big techs, mas precisa de regras claras, um tempo razoável para a análise de conteúdo, sem interferência nos direitos de expressão.

“Tenho repetido que, não fosse o inquérito das Fake News, inicialmente, talvez a gente tivesse tido um desmoronamento da democracia. Vimos que chegamos muito perto.”

“Parece que as investigações têm algum tipo de cunho. Quem treinou essas pessoas? Quem montou essa bomba no acampamento?”

“Ao qualificar todas as alternativas políticas e ser o único instrumento contra esse tipo de ataque político, não basta o profissional do que é (L...), profissional da política no pior sentido do termo”

precisa de maior responsabilidade. O que eu quero dizer é que a gente precisa ter um modelo de maior responsabilidade das plataformas. Não basta a Marco Civil da Internet, o artigo 19, que exige que o conteúdo — tem sido assim interpretado — só possa ser retirado mediante ordem judicial. É preciso que haja uma ordem arbitrária nesse sentido e que a gente possa argumentar”, afirmou, em entrevista ao programa CBN, transmitida em rede aberta e TV Brasil. O magistrado destacou o cuidado de ser cauteloso na preservação da liberdade de expressão, mas frisou que “também não há que se falar em liberdade de expressão sem responsabilidade”. Para o ministro, o Brasil não pode ser servos das big techs, mas precisa de regras claras, um tempo razoável para a análise de conteúdo, sem interferência nos direitos de expressão.

Um outro ponto, o senhor disse que precisa haver um modelo de maior responsabilidade das plataformas. Não basta a Marco Civil da Internet, o artigo 19, que exige que o conteúdo — tem sido assim interpretado — só possa ser retirado mediante ordem judicial. É preciso que haja uma ordem arbitrária nesse sentido e que a gente possa argumentar”, afirmou, em entrevista ao programa CBN, transmitida em rede aberta e TV Brasil. O magistrado destacou o cuidado de ser cauteloso na preservação da liberdade de expressão, mas frisou que “também não há que se falar em liberdade de expressão sem responsabilidade”. Para o ministro, o Brasil não pode ser servos das big techs, mas precisa de regras claras, um tempo razoável para a análise de conteúdo, sem interferência nos direitos de expressão.

precisa de maior responsabilidade. O que eu quero dizer é que a gente precisa ter um modelo de maior responsabilidade das plataformas. Não basta a Marco Civil da Internet, o artigo 19, que exige que o conteúdo — tem sido assim interpretado — só possa ser retirado mediante ordem judicial. É preciso que haja uma ordem arbitrária nesse sentido e que a gente possa argumentar”, afirmou, em entrevista ao programa CBN, transmitida em rede aberta e TV Brasil. O magistrado destacou o cuidado de ser cauteloso na preservação da liberdade de expressão, mas frisou que “também não há que se falar em liberdade de expressão sem responsabilidade”. Para o ministro, o Brasil não pode ser servos das big techs, mas precisa de regras claras, um tempo razoável para a análise de conteúdo, sem interferência nos direitos de expressão.

“Tenho repetido que, não fosse o inquérito das Fake News, inicialmente, talvez a gente tivesse tido um desmoronamento da democracia. Vimos que chegamos muito perto.”

“Parece que as investigações têm algum tipo de cunho. Quem treinou essas pessoas? Quem montou essa bomba no acampamento?”

“Ao qualificar todas as alternativas políticas e ser o único instrumento contra esse tipo de ataque político, não basta o profissional do que é (L...), profissional da política no pior sentido do termo”

precisa de maior responsabilidade. O que eu quero dizer é que a gente precisa ter um modelo de maior responsabilidade das plataformas. Não basta a Marco Civil da Internet, o artigo 19, que exige que o conteúdo — tem sido assim interpretado — só possa ser retirado mediante ordem judicial. É preciso que haja uma ordem arbitrária nesse sentido e que a gente possa argumentar”, afirmou, em entrevista ao programa CBN, transmitida em rede aberta e TV Brasil. O magistrado destacou o cuidado de ser cauteloso na preservação da liberdade de expressão, mas frisou que “também não há que se falar em liberdade de expressão sem responsabilidade”. Para o ministro, o Brasil não pode ser servos das big techs, mas precisa de regras claras, um tempo razoável para a análise de conteúdo, sem interferência nos direitos de expressão.

Um outro ponto, o senhor disse que precisa haver um modelo de maior responsabilidade das plataformas. Não basta a Marco Civil da Internet, o artigo 19, que exige que o conteúdo — tem sido assim interpretado — só possa ser retirado mediante ordem judicial. É preciso que haja uma ordem arbitrária nesse sentido e que a gente possa argumentar”, afirmou, em entrevista ao programa CBN, transmitida em rede aberta e TV Brasil. O magistrado destacou o cuidado de ser cauteloso na preservação da liberdade de expressão, mas frisou que “também não há que se falar em liberdade de expressão sem responsabilidade”. Para o ministro, o Brasil não pode ser servos das big techs, mas precisa de regras claras, um tempo razoável para a análise de conteúdo, sem interferência nos direitos de expressão.

precisa de maior responsabilidade. O que eu quero dizer é que a gente precisa ter um modelo de maior responsabilidade das plataformas. Não basta a Marco Civil da Internet, o artigo 19, que exige que o conteúdo — tem sido assim interpretado — só possa ser retirado mediante ordem judicial. É preciso que haja uma ordem arbitrária nesse sentido e que a gente possa argumentar”, afirmou, em entrevista ao programa CBN, transmitida em rede aberta e TV Brasil. O magistrado destacou o cuidado de ser cauteloso na preservação da liberdade de expressão, mas frisou que “também não há que se falar em liberdade de expressão sem responsabilidade”. Para o ministro, o Brasil não pode ser servos das big techs, mas precisa de regras claras, um tempo razoável para a análise de conteúdo, sem interferência nos direitos de expressão.

“Tenho repetido que, não fosse o inquérito das Fake News, inicialmente, talvez a gente tivesse tido um desmoronamento da democracia. Vimos que chegamos muito perto.”

“Parece que as investigações têm algum tipo de cunho. Quem treinou essas pessoas? Quem montou essa bomba no acampamento?”

“Ao qualificar todas as alternativas políticas e ser o único instrumento contra esse tipo de ataque político, não basta o profissional do que é (L...), profissional da política no pior sentido do termo”

precisa de maior responsabilidade. O que eu quero dizer é que a gente precisa ter um modelo de maior responsabilidade das plataformas. Não basta a Marco Civil da Internet, o artigo 19, que exige que o conteúdo — tem sido assim interpretado — só possa ser retirado mediante ordem judicial. É preciso que haja uma ordem arbitrária nesse sentido e que a gente possa argumentar”, afirmou, em entrevista ao programa CBN, transmitida em rede aberta e TV Brasil. O magistrado destacou o cuidado de ser cauteloso na preservação da liberdade de expressão, mas frisou que “também não há que se falar em liberdade de expressão sem responsabilidade”. Para o ministro, o Brasil não pode ser servos das big techs, mas precisa de regras claras, um tempo razoável para a análise de conteúdo, sem interferência nos direitos de expressão.

Um outro ponto, o senhor disse que precisa haver um modelo de maior responsabilidade das plataformas. Não basta a Marco Civil da Internet, o artigo 19, que exige que o conteúdo — tem sido assim interpretado — só possa ser retirado mediante ordem judicial. É preciso que haja uma ordem arbitrária nesse sentido e que a gente possa argumentar”, afirmou, em entrevista ao programa CBN, transmitida em rede aberta e TV Brasil. O magistrado destacou o cuidado de ser cauteloso na preservação da liberdade de expressão, mas frisou que “também não há que se falar em liberdade de expressão sem responsabilidade”. Para o ministro, o Brasil não pode ser servos das big techs, mas precisa de regras claras, um tempo razoável para a análise de conteúdo, sem interferência nos direitos de expressão.

precisa de maior responsabilidade. O que eu quero dizer é que a gente precisa ter um modelo de maior responsabilidade das plataformas. Não basta a Marco Civil da Internet, o artigo 19, que exige que o conteúdo — tem sido assim interpretado — só possa ser retirado mediante ordem judicial. É preciso que haja uma ordem arbitrária nesse sentido e que a gente possa argumentar”, afirmou, em entrevista ao programa CBN, transmitida em rede aberta e TV Brasil. O magistrado destacou o cuidado de ser cauteloso na preservação da liberdade de expressão, mas frisou que “também não há que se falar em liberdade de expressão sem responsabilidade”. Para o ministro, o Brasil não pode ser servos das big techs, mas precisa de regras claras, um tempo razoável para a análise de conteúdo, sem interferência nos direitos de expressão.

“Tenho repetido que, não fosse o inquérito das Fake News, inicialmente, talvez a gente tivesse tido um desmoronamento da democracia. Vimos que chegamos muito perto.”

“Parece que as investigações têm algum tipo de cunho. Quem treinou essas pessoas? Quem montou essa bomba no acampamento?”

“Ao qualificar todas as alternativas políticas e ser o único instrumento contra esse tipo de ataque político, não basta o profissional do que é (L...), profissional da política no pior sentido do termo”

precisa de maior responsabilidade. O que eu quero dizer é que a gente precisa ter um modelo de maior responsabilidade das plataformas. Não basta a Marco Civil da Internet, o artigo 19, que exige que o conteúdo — tem sido assim interpretado — só possa ser retirado mediante ordem judicial. É preciso que haja uma ordem arbitrária nesse sentido e que a gente possa argumentar”, afirmou, em entrevista ao programa CBN, transmitida em rede aberta e TV Brasil. O magistrado destacou o cuidado de ser cauteloso na preservação da liberdade de expressão, mas frisou que “também não há que se falar em liberdade de expressão sem responsabilidade”. Para o ministro, o Brasil não pode ser servos das big techs, mas precisa de regras claras, um tempo razoável para a análise de conteúdo, sem interferência nos direitos de expressão.

Um outro ponto, o senhor disse que precisa haver um modelo de maior responsabilidade das plataformas. Não basta a Marco Civil da Internet, o artigo 19, que exige que o conteúdo — tem sido assim interpretado — só possa ser retirado mediante ordem judicial. É preciso que haja uma ordem arbitrária nesse sentido e que a gente possa argumentar”, afirmou, em entrevista ao programa CBN, transmitida em rede aberta e TV Brasil. O magistrado destacou o cuidado de ser cauteloso na preservação da liberdade de expressão, mas frisou que “também não há que se falar em liberdade de expressão sem responsabilidade”. Para o ministro, o Brasil não pode ser servos das big techs, mas precisa de regras claras, um tempo razoável para a análise de conteúdo, sem interferência nos direitos de expressão.

precisa de maior responsabilidade. O que eu quero dizer é que a gente precisa ter um modelo de maior responsabilidade das plataformas. Não basta a Marco Civil da Internet, o artigo 19, que exige que o conteúdo — tem sido assim interpretado — só possa ser retirado mediante ordem judicial. É preciso que haja uma ordem arbitrária nesse sentido e que a gente possa argumentar”, afirmou, em entrevista ao programa CBN, transmitida em rede aberta e TV Brasil. O magistrado destacou o cuidado de ser cauteloso na preservação da liberdade de expressão, mas frisou que “também não há que se falar em liberdade de expressão sem responsabilidade”. Para o ministro, o Brasil não pode ser servos das big techs, mas precisa de regras claras, um tempo razoável para a análise de conteúdo, sem interferência nos direitos de expressão.

“Tenho repetido que, não fosse o inquérito das Fake News, inicialmente, talvez a gente tivesse tido um desmoronamento da democracia. Vimos que chegamos muito perto.”

“Parece que as investigações têm algum tipo de cunho. Quem treinou essas pessoas? Quem montou essa bomba no acampamento?”

“Ao qualificar todas as alternativas políticas e ser o único instrumento contra esse tipo de ataque político, não basta o profissional do que é (L...), profissional da política no pior sentido do termo”

precisa de maior responsabilidade. O que eu quero dizer é que a gente precisa ter um modelo de maior responsabilidade das plataformas. Não basta a Marco Civil da Internet, o artigo 19, que exige que o conteúdo — tem sido assim interpretado — só possa ser retirado mediante ordem judicial. É preciso que haja uma ordem arbitrária nesse sentido e que a gente possa argumentar”, afirmou, em entrevista ao programa CBN, transmitida em rede aberta e TV Brasil. O magistrado destacou o cuidado de ser cauteloso na preservação da liberdade de expressão, mas frisou que “também não há que se falar em liberdade de expressão sem responsabilidade”. Para o ministro, o Brasil não pode ser servos das big techs, mas precisa de regras claras, um tempo razoável para a análise de conteúdo, sem interferência nos direitos de expressão.

Um outro ponto, o senhor disse que precisa haver um modelo de maior responsabilidade das plataformas. Não basta a Marco Civil da Internet, o artigo 19, que exige que o conteúdo — tem sido assim interpretado — só possa ser retirado mediante ordem judicial. É preciso que haja uma ordem arbitrária nesse sentido e que a gente possa argumentar”, afirmou, em entrevista ao programa CBN, transmitida em rede aberta e TV Brasil. O magistrado destacou o cuidado de ser cauteloso na preservação da liberdade de expressão, mas frisou que “também não há que se falar em liberdade de expressão sem responsabilidade”. Para o ministro, o Brasil não pode ser servos das big techs, mas precisa de regras claras, um tempo razoável para a análise de conteúdo, sem interferência nos direitos de expressão.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

**Seção:** Política **Página:** 2 e 4